

O MOVIMENTO DE DESFUSÃO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E O MOVIMENTO AUTONOMIA CARIOCA

5

Edson Soares Fialho¹

RESUMO: O presente trabalho teve como intuito analisar as causas e as repercussões do movimento de desfusão do município do Rio de Janeiro, além de identificar o nível de entendimento da população da Baixada Fluminense frente a este processo de fragmentação. Para a realização deste estudo, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com cerca de 173 pessoas residentes, na primeira quinzena de abril de 2005, nos municípios

de Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Mesquita e Japeri, que apresentam um tempo de residência média de 10 anos. A partir daí, constatou-se que 63% da população são contra a desfusão do município do Rio do Estado, enquanto 12,2% são favoráveis. Mas o que chama atenção é o número de pessoas sem opinião formada a respeito, que chega ao dobro do número de pessoas a favor.

PALAVRAS-CHAVE: Território. Fragmentação. Rio de Janeiro.

1. O CANTO DA SEREIA

“...O Globalismo é uma configuração histórico-social abrangente, convivendo com as mais diversas formas sociais da vida e trabalho, mas também assinalando condições e possibilitando, impasses e perspectivas, dilemas e horizontes. Tanto assim, que no âmbito do globalismo emergem ou ressurgem localismos, provincianismos, nacionalismos, colonialismos, imperialismos, etnicismos, racismos e fundamentalismo, assim como reavivam os debates, as pesquisas e as aflições sobre a identidade e diversidade, a integração e a fragmentação...” (Ianni, 1999, p. 15).

O processo de Globalização, conseqüente da expansão do capitalismo, é o novo canto da sereia, que promove e divulga a idéia de *Aldeia Global*. A queda do *World Trade Center* em 11 de setembro de 2001 é um exemplo, no qual as pessoas do mundo

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ; Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia Física da USP; Professor Assistente I do Departamento de Artes e Humanidades - Curso de Geografia. E-mail: fialho@ufv.br

inteiro tiveram a impressão de estar fazendo parte de uma grande comunidade planetária integrada, na qual as distâncias não mais existiam, graças à incorporação de novas tecnologias de informação. Entretanto, assim como se tornou mais fácil se comunicar a longas distâncias, o mesmo não ocorre com quem está ao lado.

Assim sendo, o avanço das telecomunicações e da computação, ao permitir as transferências instantâneas, cunhou a formação de uma globalização financeira, agora não mais subordinada ao controle do Estado, incapaz de controlar o processo de políticas macroeconômicas, que a rigor deixaram de ser nacionais². A perda desta capacidade em parte é a origem do baixo desempenho da economia capitalista desde a década de 1970.

Nesse contexto, a perda de controle do Estado debilitou as organizações sociais e instituições, como também, segundo Santos (2000, p. 83), aumentou da fluidez do espaço geográfico, novo ingrediente inserido na produção social do espaço, capaz de agravar a incompatibilidade das velocidades em diferentes lugares, responsável, conforme Santos (2005, p. 148) por uma nova forma de reprodução das desigualdades, denominados de *espaços luminosos*, onde existe uma maior fluidez, e *espaços opacos*, onde prevalece a lentidão.

Essa diferença de fluxos entre os lugares promove uma diferenciação da densidade técnica nos diversos espaços, o que nos leva a pensar que não há uma globalização atuando em todos os espaços, mas em determinados pontos no espaço, como constata Santos (2005, p. 169), ao dizer “que não há um espaço global, mas apenas espaços da globalização”. Esses dizeres são corroborados pelo pensamento de Sassen (1999, p. 45), que afirma:

A Globalização pode ser decomposta em termos de locais estratégicos onde os processos globais se materializam e das ligações que os unem. Entre estes locais estão as zonas de processamento de exportação, paraísos fiscais e, num nível muito mais complexo as cidades globais. Isto origina uma Geografia da Globalização específica e enfatiza o fato de que não é um evento planetário que engloba o mundo todo.

Nesse sentido, a integração seletiva do espaço, estratégia locacional dirigida pelas forças capitalistas, permite a difusão do capital, através da desregulamentação, que, por conseguinte, incrementa os lucros e as especulações, e as grandes aglomerações são beneficiadas pelas economias de escala, tornando vantajosa a concentração de atividades vinculadas à concentração do capital.

O Estado em meio a essa nova conjuntura não consegue atender as novas deman-

² Apesar de o Estado perder prestígio, continua forte e a prova disso é que nem as empresas multinacionais e as instituições supranacionais dispõem de força normativa para se imporem sozinhas, dentro de cada território (SANTOS, 2000, p. 77), apesar de hoje as funções de regulação serem cada vez mais internacionalizadas. A prova disso são os diversos blocos, como o Mercosul e o Nafta. Cabe ressaltar que a atuação do Estado é ainda muito forte, nos países industrializados, principalmente, na Europa, nos setores considerados bem-estar social.

³ Klink (2001, p. 20) corrobora o pensamento das fragilidades do Estado dizendo que: “O Estado-Nação torna-se simultaneamente pequeno e grande demais para acompanhar as tendências decorrentes da desregulamentação da economia”.

das de ordem social e ambiental, não é mais capaz de controlar a política macroeconômica³, que é influenciada pela especulação externa, principalmente, nos países emergentes, como o Brasil.

A conseqüência disso é que a cidade hoje perde a noção de *pólis*, associada aos valores da cidadania, ganhando o perfil de uma cidade empreendedora, que almeja a eficiência urbana, às vezes às custas do cidadão. Como se constata, essa nova cidade, ou melhor, *city*, acaba por gerar uma alienação dos seus habitantes, camuflada por uma competitividade, sendo que a solidariedade perde espaço para o individualismo, comportamento responsável pela criação de uma cidade sem cidadãos.

A nova cidade – *city* –, elaborada pelo processo de ampliação do capitalismo,

Tabela 1. Problemas ambientais na Baixada Fluminense

Localização	Problemas Ambientais
Itaguaí/Seropédica	1, 5, 7
Itaguaí - Distrito de Ilha de Medeira	1, 3, 4, 5, 6
Rio de Janeiro – Santa Cruz	1, 2, 3, 4, 5, 7
Rio de Janeiro – Azari e Honório Gurgel	2, 3, 4, 5
Duque de Caxias Distritos de Figueira, Campos Eliseos e Gramacho	1, 2, 3, 4, 5, 6, 8
Nova Iguaçu – Distrito de Vila da Cova	1, 3, 4, 5, 8
Queimados – Distrito de Santo Expedito	1, 2, 3, 4, 5, 6

Legenda dos problemas ambientais: 1. disposição não licenciada de resíduos industriais; 2. depósito licenciado de resíduos industriais; 3. poluição atmosférica; 4. poluição do corpo hídrico; 5. poluição do solo; 6. armazenamento temporário de resíduos industriais; 7. mineração; 8. vazamento de lixo.

Fonte: Adaptado de Brandão (2004, p. 30)

Organizado por Edson Soares Fialho, 2005.

Tal problema se agrava quando consideramos o universo de 5.560 municípios existentes no Brasil, que, segundo pesquisa realizada pelo IBGE⁴ (2005), apontou que 80% dos municípios apresentam problemas de ordem ambiental, com repercussões sociais.

Como se percebe, os problemas sócio-ambientais urbanos denunciam a insustentabilidade do atual modelo de produção capitalista, matéria discutida durante a realização da Rio-92, que elaborou um plano de ação para conter o avanço dos problemas supracitado, denominado de Agenda-21, instrumento que busca fortalecer o poder local, por meio da criação de mecanismos de descentralização de poder e valorização das organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos comunitários, na medida em que o atual modelo

⁴ Segundo dados publicados pelo IBGE (2005), os principais problemas que afligem os municípios brasileiros são: assoreamento dos rios (53%); poluição dos recursos hídricos (38%); alteração que tenha prejudicado a paisagem (35%); contaminação do solo (33%) e poluição do ar (22%).

de Estado, cujo poder é centralizado, vem agravando a insatisfação popular, que serve de argumento para a desanexação, ou seja, fragmentação⁵ territorial, que vem promover o fortalecimento do localismo, ou seja, o poder local, que após a constituição de 1988 estimulou a proliferação de novos municípios, mesmo sem estrutura para se manterem.

2. AS FRAGMENTAÇÕES NO TERRITÓRIO FLUMINENSE

No Estado do Rio de Janeiro, a partir da constituição de 1988, permitiu-se uma nova onda de fragmentação do território fluminense, que favoreceu o surgimento dos municípios de Porto Real, Mesquita, Japeri, Queimados, Belford Roxo, Quissamã, Carapebus, Itatiaia, dentre outros, dando continuidade ao processo de recorte do espaço fluminense, inicialmente composto de quatro cidades: Rio de Janeiro (1565); Angra dos Reis (1618); Cabo Frio (1615) e Campos dos Goytacazes (1801). Os desmembramentos de uma maneira geral tiveram como razão os movimentos econômicos das rotas do ouro mineiro, seguidas pelo café no médio vale do rio Paraíba do Sul, a criação de gado, no norte e noroeste fluminense, o uso do prestígio político de representantes do poder local, como os fazendeiros, e atualmente os investimentos do capital em setores industriais.

Entretanto, a proliferação da formação de novos municípios não proporcionou uma melhora das condições de vida da população local, como argumentado na época dos plebiscitos, isso porque a autonomia do Poder Local se restringe muitas vezes ao direito de eleger o Prefeito e seus vereadores, e que se tornam reféns dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, repassado pela União. Assim sendo, os municípios mais industrializados costumam ser favorecidos com maior autonomia financeira.

Nesse sentido, a insatisfação das elites cariocas, materializada pelo movimento denominado *Autonomia Carioca* (<http://www.autonomiacarioca.com.br/>), organizado com objetivo de pleitear a separação da cidade do antigo Estado do Rio, com a volta do Estado da Guanabara, é uma consequência do processo de descentralização do Poder Central (União e Estado), esvaziado pela falta de uma política consistente e continuadas de investimentos de infra-estrutura capazes de dinamizar os agentes econômicos, acarretando melhorias sociais. Além dessa ausência, há constantes divergências com o Poder Local, que, no caso do município do Rio de Janeiro, passam pelos setores da saúde, despoluição da Lagoa, saneamento da Zona Oeste, o Pan-americano, e a urbanização do Morro Dona Marta, que pode ser verificada no manifesto elaborado pelo movimento *Autonomia Carioca*.

[...] natos ou por afinidade, consideramos nossa Cidade crescentemente lesada e oprimida pelos efeitos nefastos da fusão decretada, em 1975, pelo ditador Geisel, do então Estado da Guanabara com o antigo Estado do Rio de Janeiro. Motivada por razões micro-políticas e por um rancor profundo

⁵ A fragmentação pode ser entendida simplesmente como a des fusão de uma unidade política administrativa, a fim de criar um município ou Estado, porém pode ser entendida, ao nível da malha urbana, como o aumento das disparidades sociais, conseqüente do processo de globalização, que promove o acúmulo de riqueza de maneira desproporcional nas cidades, formando verdadeiros enclaves sociais.

contra a cidade que mais resistira ao autoritarismo, a fusão não passou por nenhuma consulta e o novo estado jamais recebeu os recursos federais na época previstos para a transição. Quase trinta e cinco anos mais tarde, nossa Cidade sofre, cada vez mais, por não ter controle sobre segurança pública, águas e esgotos, trânsito e aspectos importantes das políticas ambiental e de habitação. As instituições estaduais responsáveis por essas esferas prestam péssimos serviços e, freqüentemente, inibem (ou mesmo proíbem) o poder local de assumi-los. Essa situação também é negativa para nossos irmãos fluminenses. A Cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal e capital do Brasil, até 1960, depois Estado da Guanabara, até 1975, nunca teve vocação para governar o Estado do Rio, papel historicamente desempenhado por Niterói. A identidade do Rio é a de uma cidade-estado.

Sabemos das dificuldades de reverter esse erro histórico. Mas estamos dispostos a lutar pelo Estado Carioca, passo a passo, pela via constitucional existente, o tempo que for necessário. Acreditamos que nossa causa crescerá de forma avassaladora. Não se trata aí de nenhuma panacéia ou solução indolor para os nossos problemas, mas é um caminho para que possamos tomar em nossas mãos a responsabilidade pelo nosso destino.

Autonomia Carioca é uma rede de iguais, sem líderes. Está aberta a todos, cariocas, fluminenses, brasileiros, estrangeiros que amem o Rio de Janeiro e aceitem dois pontos básicos apenas:

I. A volta do Estado Carioca, nos limites territoriais do Município do Rio de Janeiro, ex- Estado da Guanabara.

II. Essa solução deverá sempre ser pactuada levando em conta os interesses do conjunto da população que hoje reside no Estado do Rio de Janeiro. Terá que ser boa tanto para cariocas como para fluminenses.

Conscientes dos obstáculos, mas cheios de esperança - o mais carioca dos sentimentos - nos inscrevemos. (Fonte: [http:// www.autonomiacarioca.com.br](http://www.autonomiacarioca.com.br))

No caso do movimento de des fusão do município do Rio de Janeiro, faz-se necessário refletir em algumas questões decorrentes desse processo: a des fusão é benéfica? Para quem? Quem perde? Qual o motivo da insatisfação? O Governo Federal irá arcar com o ônus de mais uma federação? Como ficarão os municípios mais vulneráveis socialmente, como os situados na Baixada Fluminense?

Como demonstra o manifesto lido anteriormente, a cidade do Rio de Janeiro, desde

⁶ A contraposição entre o rural e o urbano no Rio de Janeiro não é atual. Já nas décadas de 1920 e 1930, o imaginário carioca/fluminense se misturava a uma visão de malandragem, mendicância e improdutividade que se concretizou no pensamento coletivo brasileiro, principalmente paulistano, que, por sua vez, representava o país fordista do Estado Novo getulista em construção. Baseada na premissa da modernidade, a concepção sobre o habitante da cidade e do estado do Rio de Janeiro era a do ócio de quem vivia num lugar onde não se trabalhava, só se divertia, o que era reforçado pelo imaginário da falta de alternativas econômicas que se mostrassem viáveis para alavancar o dinamismo produtivo do espaço fluminense. O nome do Rio de Janeiro pagava o ônus de representar duas realidades distintas: a cidade que sempre foi a articulação do Brasil com o mundo e que vinha perdendo espaço, rapidamente, para São Paulo, e a do estado que representava o tradicionalismo rural do colonialismo português nas estruturas de produção e nas relações sócio-políticas de quem lá vivia (SILVA, 2005, p. 37).

1763 até 1960, foi o centro político e administrativo do Brasil; depois viveu um período em que se tornou o Estado da Guanabara até 1975, quando veio a se tornar capital do Estado do Rio de Janeiro.

Uma união improvável entre uma cidade-estado, que fora capital do Império e da República, rica, grande e cosmopolita com o Estado do Rio, caracterizado pelo rural provinciano e falido aconteceu⁶, durante o governo do Presidente Ernesto Geisel (1974-1978), que alegava o esvaziamento da economia carioca como motivo para a realização da fusão, a fim de se criar um novo Estado capaz de fazer frente a São Paulo e Minas, contrabalançando o jogo de forças na região sudeste. Mas, desde 1891, quando Campos Sales era Presidente, o desejo de transferir a capital existia, pois, segundo o até então Presidente, o Brasil não poderia ser governado a partir de uma cidade rebelde.

Apesar da intenção estratégica da fusão reduzir os desequilíbrios regionais, a mesma não ocorreu, e a discussão a respeito da desfusão reinicia-se, com base na discussão da viabilidade econômica à criação de um novo Estado, um foco equivocada, na medida em que se deva pensar em fornecer uma maior autonomia sem necessariamente desmembrar. Para isso se faz necessário criar uma melhor integração do território pelas atividades econômicas desenvolvidas no mesmo, a fim de se criar uma identidade.

A fusão do antigo Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, ao não alcançar os objetivos almejados, apenas atrapalhou e produziu uma grande perda à cidade do Rio, que, segundo Klabin (2005, p. 7), foi estuprada duas vezes. A primeira foi a transferência da capital do Brasil para Brasília e a segunda foi a fusão, que veio sem as indenizações e compensações adequadas para a adaptação dos concidadãos num novo projeto econômico, social e político para a cidade do Rio de Janeiro.

Para Sirkis (2000, p. 7), a principal razão que leva a defender a volta da cidade-estado é a constatação de que, 30 anos depois, a fusão continua sendo, para os cariocas, sinônimo de desgoverno e opressão. Essa opinião é fundamental na perda de pujança econômica da cidade, acompanhada de uma rápida perda da qualidade de vida, deteriorada pelo descaso do Poder Estadual em sanar os problemas de ordem sócio-ambiental como: a saúde, que, nos últimos dias de março, ocupou os noticiários, a Prefeitura do Rio alegava que a baixa qualidade do sistema hospitalar era decorrente da sobrecarga, ocasionada pelos moradores provenientes da Baixada Fluminense; a poluição do ar, os congestionamentos, os desmatamentos e a violência urbana, que já fez a cidade parar duas vezes.

Esse medo conseqüente inibiu a construção de uma identidade, que necessita ser exercitada; contudo, Castro (2005, p. 7), na tentativa de revigorá-la, elegeu a capivara, animal capturado na Lagoa Rodrigo de Freitas, como o símbolo do cidadão carioca atormentado, que busca construir um Rio capaz de ser o dínamo do progresso da cidade-estado, reagindo como a capivara à pressão dos seus caçadores.

3. CRISE MATRIMONIAL

Segundo a Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado do Rio de Janeiro (GLOBO, 8/5/2005), o crescimento hoje da economia do Estado do Rio de Janeiro

tem como origem a extração do petróleo na Bacia de Campos, indutora do recente crescimento da economia do Estado, tanto assim que o balanço econômico da última década revela que, se o Estado do Rio fosse um país, o mesmo seria o nono produtor de petróleo do mundo, a quinta economia da América Latina e o segundo pólo de atração turística da América Latina.

Esse vigor econômico, verificado pelo produto interno bruto (PIB), seria suficiente para se ter um desenvolvimento adequado e bem planejado do Estado, uma vez que não faltam recursos financeiros, principalmente quando nos deparamos com o PIB per capita

Tabela 2. Relação entre PIB e IDH para alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Município	PIB Per Capita	PIB ranking nacional	IDH ranking nacional	IDH ranking estadual
1. Rio de Janeiro	10,537	2º	60º	2º
2. Duque de Caxias	17,445	6º	1796º	52º
3. Campos dos Goytacazes	26,663	13º	1.818º	54º
4. Macaé	64,719	18º	815º	17º
5. Volta Redonda	4,612	34º	297º	3º
6. São Gonçalo	5,014	36º	1.012º	23º
7. Rio das Ostras	100,751	42º	1.188º	34º
8. Niterói	8,398	51º	3º	1º
9. Nova Iguaçu	4,833	54º	1.526º	45º
10. Cabo Frio	24,748	57º	751º	11º
11. Belford Roxo	5,011	88º	2.106º	60º
12. Petrópolis	7,719	89º	481º	7º
13. Angra dos Reis	167,584	91º	1.268º	36º
14. Quissamã	137,463	96º	2.347º	74º

Fonte: IDH – sítio do Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro.

PIB – sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Organizado por Edson Soares Fialho, 2005

dos municípios do Estado, que apresenta 14 municípios entre os 100 mais ricos do Brasil. Isso, porém, não reflete uma melhoria das condições de vida da população local, o que é demonstrado pelo índice de desenvolvimento humano (IDH), indicador da qualidade de vida dos municípios, que varia de 0 a 1, calculado com base nos índices de educação, empregabilidade e habitação.

Os mesmos municípios que apresentam os maiores rendimentos de acumulação são os mesmos com um baixíssimo índice de qualidade de vida, como Belford Roxo, que se apresenta em 88º em relação ao PIB e 2.106º no IDH, num universo de 5.560 municípios que apresenta o Brasil, como pode ser visto na tabela 2 a seguir.

Esse descompasso entre o PIB e o IDH agrava a problemática sócio-ambiental, principalmente nas regiões metropolitanas, que comungam os benefícios e as mazelas provocadas pela elevada densidade demográfica, que por conseguinte possibilita, juntamente com a má distribuição de renda, problemas de violência, congestionamentos, a poluição ambiental, dentre outras, comuns a todas as regiões metropolitanas do mundo.

Além disso, os números da economia fluminense, ao demonstrarem um cresci-

mento de 48% desde a implementação do Plano Real em 1994, escondem que a indústria de transformação está perdendo espaço para a indústria extrativa, que nos últimos 10 anos foi incrementada em 140%. Esse descompasso, se não for combatido, pode inviabilizar a possibilidade de resolver os problemas comuns ao nível do Estado, que, por sua vez, faz necessário haver um esforço entre os prefeitos para resolver as demandas da sociedade. Contudo, o Governo do Estado do Rio não consegue aplacar as suas necessidades dos municípios de grande concentração populacional.

Como parece, a desfusão é apenas uma necessidade, uma consequência da má administração e as mazelas da cidade são frutos dos desmandos do Poder centralizador do Estado, durante o período militar, onde o Rio ainda vivia um período de ouro⁷, com Carlos Lacerda. Talvez esteja aí a origem da frustração. E talvez surja, desta descabida tristeza, a gênese do movimento de desfusão.

Um outro argumento muito utilizado é a vingança política, decorrente dos interesses políticos; contudo, segundo Ferreira (2005, p. 61), essa tese não tem sustentação, pois, quando da fusão, Chagas Freitas, eleito Governador da Guanabara, tinha o apoio dos militares e, por conseguinte, não havia problemas com a ditadura. Além disso, a Arena⁸ carioca e seu principal líder, Célio Borja, eram favoráveis à fusão.

4. A CORDA ARREBENTA PARA O LADO...

O movimento de *Autonomia*, ao buscar readquirir através da discussão política uma maior liberdade na decisão de seu destino, chega a solicitar a desfusão. Tem um peso político significativo, tanto assim que se discutiu a viabilidade de se realizar, juntamente com o plebiscito⁹ referente ao desarmamento, uma consulta à população carioca sobre a desfusão.

A fim de se ter um panorama da sociedade carioca, o Jornal *O Globo* realizou uma pesquisa de opinião, publicada em 14 de março de 2005, demonstrando que 62,5% dos entrevistados aprovam a fusão, sendo que esse percentual é de 56% na capital e 69% no interior.

Numa tentativa de sondar a intenção da população residente na Baixada Fluminense, que totaliza hoje cerca de 4 milhões de habitantes, foram entrevistadas¹⁰ 173

⁷ Cabe salientar que, mesmo no período de ouro, a cidade enfrentava problemas econômicos, que inviabilizavam as melhorias de que a cidade necessitava rumo a Zona Oeste, eixo de expansão da cidade.

⁸ Partido político que até então era oposição ao MDB, atual PMDB.

⁹ A realização do plebiscito foi encampada pelo senador Jefferson Peres do PDT-AM, no projeto do senador Gérson Camata do PMDB-ES de referendo sobre a lei do desarmamento, marcado para o primeiro domingo de outubro, mas, por causa da grande discussão a respeito do tema, postergou a tomada da decisão de inclusão da pergunta no plebiscito até a presente data (MEDEIRO, 31/3/2005). Cabe esclarecer, que no caso da consulta referente a desfusão não é um plebiscito, mas um referendium, uma vez que o fato da anexação já está consumado. A consulta popular, por sua vez, seria aplicada junto aos cariocas, a fim de confirmá-la ou não.

¹⁰ As entrevistas foram realizadas por acadêmicos do 7º período do curso de Licenciatura em Geografia da Fundação Educacional Duque de Caxias-FEUDUC: Ana Paula Rodrigues da Silva; André S. Rocha; Cintia; Dulcinéia Vieira Machado; Jucéa Neves, José Cláudio Rodrigues Vieira e Rita Gonçalves Freire, em seus respectivos municípios de residência.

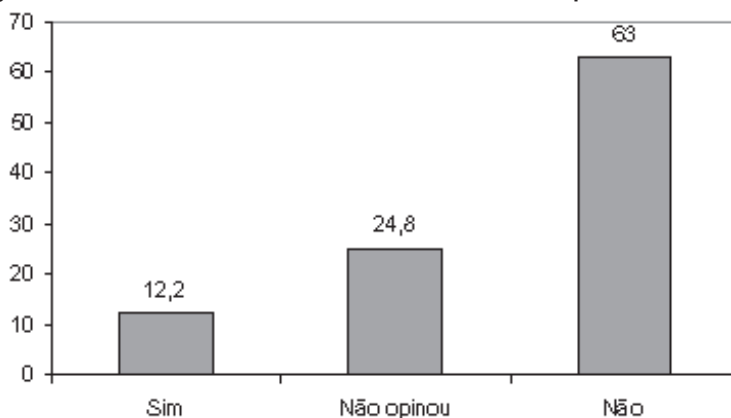
pessoas, na primeira quinzena de abril do ano corrente, nos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Mesquita e Japeri, que apresentam um tempo de residência média de 10 anos. Constatou-se que 63% da população é contra a desfusão do município do Rio do Estado, contra 12,2% a favor, mas o que chama atenção é o número de pessoas sem opinião formada a respeito, que chega ao dobro do número de pessoas a favor. Na mesma questão, referente à desfusão, se detecta uma forte despolitização significativa da população entrevistada, como pode ser vislumbrado na figura 1 e constatado na pergunta:

Você está a par da discussão da Desfusão da cidade do Rio?

Cerca de 45% das pessoas entrevistadas disseram desconhecer o tema.

A situação se torna mais grave, na medida em que 40% das pessoas entrevistadas têm o nível superior completo e 55% o Ensino Médio completo, ou seja, 95%

Figura 1. Você é contra ou a Favor da Desfusão do Município do Rio de Janeiro.



dos entrevistados apresentam um nível de instrução significativo, porém ainda não tomaram consciência do que a questão pode ocasionar¹¹.

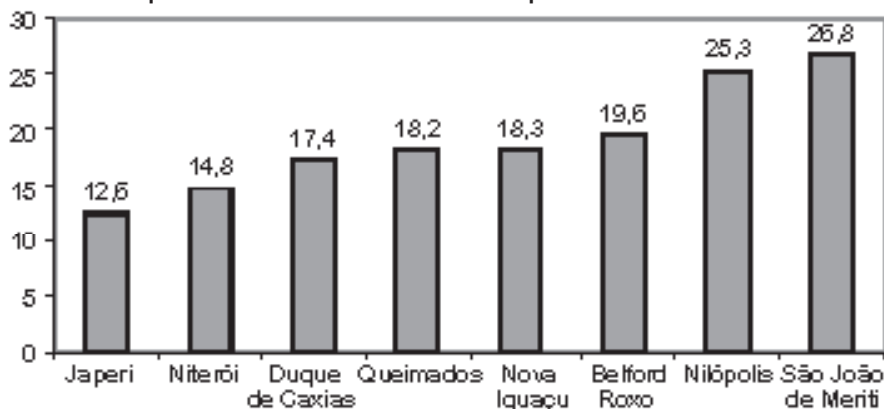
Muito embora os argumentos utilizados por aqueles que são contra a desfusão sejam em grande parte relacionados ao aumento dos custos da máquina pública, neste ponto existe uma incongruência, pois quem assumiria o ônus não seria o “Novo” Estado do Rio, e sim a cidade que se emanciparia, que assumiria uma dívida de R\$ 29,9 bilhões (CARNEIRO E LIMA, 2005, p. A19), além de custear os novos cargos públicos do Executivo e do Legislativo.

Talvez a maior preocupação ainda expressa nas respostas seja o fato de que, uma vez a desfusão ocorresse, o novo Estado da Guanabara ficaria com 51% do atual Produto Interno Bruto (PIB) estadual, de 181 bilhões de reais, ou seja, ficaria com R\$ 93,07 bilhões

¹¹ A despolitização dos jovens (15 a 25 anos), que no caso de levantamento de campo chegou a 60% da amostra, é um indicador de um perfil conservador, mais ligado à religião e à família, diferente do que acontecia com os jovens da década de 1960, que tinham o sonho de transformar o mundo.

Após a crise da agricultura, as chácaras e sítios, produtores de laranja, foram dando lugar aos loteamentos para venda aos recém-chegados migrantes nordestinos, que, ao chegarem à cidade do Rio de Janeiro, não apresentavam condições de se instalarem por causa dos custos elevados de moradia, restando aos mesmos a periferia imediata, Baixada Fluminense, que deu origem às cidades dormitório, como pode ser visto na figura 2, que demonstra o percentual de população que realiza o movimento migratório pendular diário entre a sua casa e o seu local de

Figura 2. Percentual de habitantes que residem em cidades da RMRJ que trabalham ou estudam no município do Rio de Janeiro.



trabalho ou escola.

Apesar dessa configuração, a Baixada hoje se encontra em processo de valorização, apresentando melhorias urbanas, através de investimentos de empresas que estão explorando o fácil acesso e as demandas reprimidas, que vêm mudando a cara da região, que hoje apresenta uma concentração de grandes investimentos, tais como Pólo gráfico do Jornal *O Globo* e o Pólo Gás-químico, ambos em Duque de Caxias.

Nessa conjuntura de crescimento dos investimentos no Estado, o Secretário de Desenvolvimento Econômico diz que a desfusão atrapalharia a previsão de aumento dos investimentos, estimado na ordem de R\$ 38 bilhões de reais só na área próxima ao Porto de Sepetiba, Duque de Caxias e Volta Redonda (MEDEIROS, 2005, p. 17).

O Secretário Humberto Mota, preocupado com a questão, elabora o seguinte cenário para reflexão: Imagine que o Porto de Sepetiba, com a desfusão, teria parte no Estado da Guanabara e outra no Estado do Rio. Caso uma empresa tivesse que fazer um investimento teria que negociar com dois Governadores?

E no caso da desfusão se configurar, qual seria a capital do novo Estado do Rio?

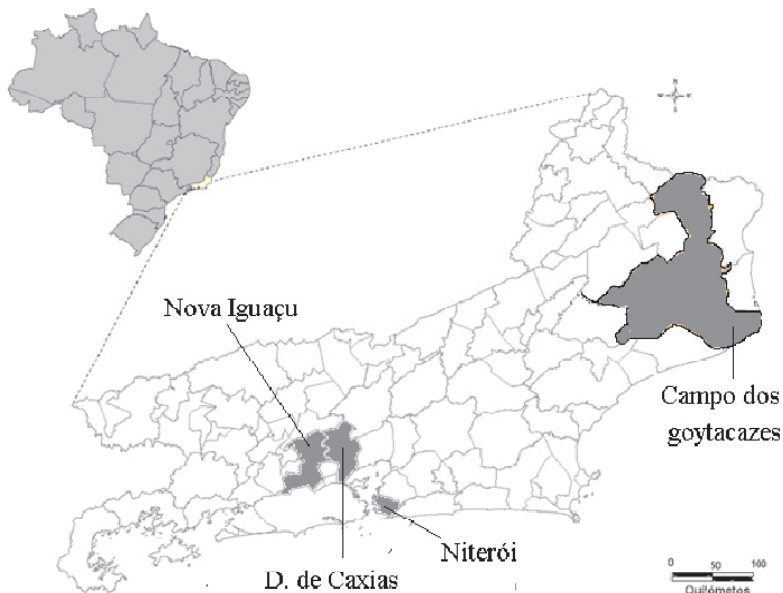
Embora o status de capital hoje não seja um sonho para Niterói, segundo as palavras do atual Prefeito Godofredo Pinto (2004–2008), opositor da proposta de desfusão, disse que lutaria pelo posto de capital. Todavia, não mais sozinho, na medida

em que teria que disputar com outros municípios, também interessados por tal privilégio, tais como Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Campos dos Goytacazes (figura 3).

Nessas circunstâncias, de disputa política em torno da sede da nova capital do Estado do Rio, foi realizada a pergunta a um universo de 40 pessoas: Caso a capital fosse na Baixada Fluminense, você continuaria contra a desfusão da cidade do Rio?

A resposta a este questionamento demonstra uma posição positiva que alcançou unanimidade, contrastando com os 63% dos entrevistados, quando perguntados a respeito da desfusão da cidade, sem a garantia de a capital se localizar na Baixada Fluminense. Essa postura nos surpreende, pois demonstra uma prática de tirar partido das situações, imaginando resolver apenas seus problemas, mas isso não ocorre. E o que não faltam são exemplos dentro da própria Baixada Fluminense, que está repleta de conflitos de interesse político-territoriais, hoje influenciados pelo narcotráfico, como o Desembargador Antônio Carlos Amorim, presidente do Tribunal Regional Eleitoral-TRE, que denunciou o apoio de traficante no processo de emancipação do distrito de Mesquita, distrito até 1999 do município de Nova Iguaçu (SOUZA, 1996, p. 452).

Cabe salientar, que esse cenário de disputa entre municípios pela sede de um novo Estado do Rio de Janeiro, caso ocorra, reflete, segundo Oliveira (2005), uma evidência de que está ocorrendo uma reordenação espacial das atividades produtivas na região metropolitana, decorrente do estabelecimento de indústrias que, embora tenham reduzido a oferta de empregos nesse setor, por outro lado, acabaram por dinamizar outros setores, como a construção civil, comércio e serviços, promovendo uma maior dinamização e um **Figura 3. Localização dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, que estariam dispostos a se tornarem capital do Novo Estado do Rio de Janeiro, após a desfusão do município do Rio de Janeiro, a fim de refundar o antigo Estado da Guanabara.**



certo crescimento econômico e, conseqüentemente, uma nova estrutura produtiva.

5. CIDADE-REGIÃO: UMA PERSPECTIVA DE SOLUÇÃO?

Como se identifica, os problemas enumerados são conseqüência de uma disputa política, que encontra na região metropolitana o ambiente de maior repercussão, na medida em que a competição entre os municípios busca promover um maior aporte de investimentos públicos em seus domínios, criando, por conseguinte, equívocos operacionais, na busca da solução dos problemas comuns para uma região, hoje, polinucleada, multifuncional e fragmentada. Nesse sentido, hoje se faz necessário um novo modo de gestão urbana regional, capaz de promover intervenções na solução de demandas sócioambientais, que são cada vez mais urgentes.

A nova possibilidade de gestão aventada no parágrafo anterior denomina-se de cidade-região, que em linhas gerais é o retrato da acumulação "flexível", das transformações do sistema fordista de produção, com forte influência dos sistemas de redes e da incorporação da tecnologia como fator de produção Harvey (1992, p. 140). Ou seja, é a materialização das transformações contemporâneas, especialmente econômicas, em espaços específicos, "regiões-chaves" tanto do mundo desenvolvido quanto do subdesenvolvido, em áreas metropolitanas ou mesmo não metropolitanas.

Soja (1996, p. 154) vem corroborar os dizeres de Harvey (1992), quando identifica que o desenvolvimento metropolitano hoje não é mais monocêntrico. A nova metrópole é descentralizada, formando um mosaico de desenvolvimento geograficamente desigual, uma vez que se estabelecem novas centralidades, manifestadas de diversas formas, que, segundo Lencioni (1996), podem se dar pela expansão do alcance do espaço metropolitano ou pela redefinição das cidades médias na organização dos espaços metropolitanos.

Nesse cenário, a figura de uma agência reguladora dos projetos regionais poderia ser uma solução. O próprio Estado do Rio de Janeiro já teve uma agência capaz de congregiar, identificar, pensar e promover soluções aos potenciais riscos¹² na metrópole, que há 15 anos o Governo do Estado do Rio extinguiu a FUNDREM (Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana).

A conseqüência disso foi o aumento do número de problemas sócio-ambientais, principalmente no que se refere ao vazamento de petróleo (tabela 3). Além dos problemas ambientais intra-urbanos, como visto na tabela 1, tais como poluição do ar, dos rios, do solo, dentre outros que ultrapassam as fronteiras dos municípios, o que acarreta a criação de soluções conjuntas, pois não resolverá o problema um município ter indústria poluidora preocupada em preservar o meio ambiente, se outra indústria em município vizinho contaminar o rio que passa em ambos.

Essa nova maneira de enxergar o problema não deixa de ser uma nova forma de regionalismo, não preocupado em criar novos territórios, mas criar espaços com capacidade

¹² Risco, segundo Guivant (2002, p. 94), é uma forma sistemática de tratar o perigo e inseguranças induzidas e introduzidas pela própria modernização, porém o presente trabalho entende o risco de acordo com o pensamento de Poveda et al., (2004, p. 155) que o entendem como sendo uma possibilidade abstrata de possíveis danos, diferentemente de perigo, que é uma probabilidade concreta do dano.

administrativa territorial de forma a aumentar a eficácia em matéria de desenvolvimento. Mas isso não é fácil, até mesmo porque o pluralismo de Poderes Locais, que no Estado do Rio de Janeiro aumentou muito, é um fator de pulverização das escolhas públicas e provadas. É necessário reduzir a assimetria criada pelo sistema capitalista, que acirra as disputas entre os municípios, além de buscar uma despolitização dos problemas, a fim de que as soluções de questões que requerem um longo período de investimento não se interrompam.

Como, por exemplo, a construção do anel rodoviário, que atrairá investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões de reais para o Estado, num prazo de dois anos. Esta obra daria mais fluidez ao trânsito da região metropolitana e geraria empregos, pois atrairia para a região de Sepetiba novas fábricas, interessadas em escoar sua produção pelo porto de Sepetiba.

Além desse empreendimento, a prefeitura de Niterói, juntamente com mais cinco outras prefeituras (São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito, Tanguá e Maricá), procurou seguir os moldes do conceito de cidade-região, onde se almeja encontrar soluções

Tabela 3. Levantamento de acidentes relacionados a Petróleo e seus derivados entre os anos de 2000 e 2004 no litoral sul-sudeste brasileiro.

Data	Local	Atividade	Produto	Causa	Consequência
18/1/2000	Rio de Janeiro	Duto	Petróleo	Ruptura de duto	1.200 ton.
17/3/2001	Rio de Janeiro	Plataforma Off-shore	Petróleo	Explosão	Naufrágio da plataforma P-36
16/9/2002	Angra dos Reis	Plataforma Tebig	Petróleo	Incêndio	0,5 ton.
2/5/2004	Duque de Caxias	Tanque	Produtos Tóxicos	Vazamento	8 ton.

Fonte: Serpa (2002, p. 103); O Dia (2004, p. 11); Jornal o Globo (2004, p. 22); Jornal o Globo (2004, p. 24).

Organizado por Edson Soares Fialho, 2005.

para problemas comuns. Recentemente, fecharam um acordo para o tratamento de lixo, saneamento e saúde, com apoio do Governo Federal.

Como se percebe, as possibilidades estão em nossas mãos, basta viabilizá-las e não fugirmos à responsabilidade de promover o crescimento da região metropolitana e do Estado do Rio, que, apesar da crise política que vive, precisa ser tratado pelos seus cidadãos e políticos de maneira mais cuidadosa, pois, caso contrário, não terá mais nada a nos orgulhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMARO, T. Rio de Janeiro: Desenvolvimento e Retrocesso. **Pilares da História**. Duque de Caxias, v. 3, n. 4, p. 54-71, 2004.

AUTONOMIA CARIOCA. **Manifesto**. Disponível em <<http://www.autonomiacarioca.com.br>>. Acesso em 4 mai. 2005.

BRANDÃO, T. Estado tem ilhas de poluição em áreas pobres. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 5 set. 2004. Caderno Rio, p. 30.

CARNEIRO, M.; LIMA, S. Decisão de R\$ 12 bilhões. **Jornal o Brasil**. Rio de Janeiro, 10 abr. 2005. Caderno Economia e Negócios, p. A-19.

CASTRO, P. R. O Rio de Janeiro voltará a ser lindo. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 10 jan. 2005. Caderno Opinião, p. 7.

FERREIRA, M. M. Estado da discórdia. **Nossa História**. Rio de Janeiro, n. 2, v. 5, p. 60-63, 2005.

GUIVANT, J. S. Riscos alimentares: Novos desafios para a Sociologia Ambiental e a Teoria Social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, n. 5, p. 88-99, 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

IANNI, O. A Era do Globalismo. in: OLIVEIRA, F. A. M. (org.). **Globalização, Regionalismo e Nacionalismo**. São Paulo: Unesp, p. 15-41, 1999, 287p.

IBGE. Problemas ambientais brasileiros. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/sistematizacao/hidrogeo.shtm>. Acesso em: 10 mar. 2005.

JORNAL O DIA. **Produtos tóxicos vazam na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro, 4 mai. 2004. Caderno Rio, p. 11.

_____. **Vazamento de óleo em Sepetiba**. Rio de Janeiro, 23 dez. 2004. Caderno Rio, p. 24.

_____. **Rebocador afunda na Baía de Angra dos Reis**. Rio de Janeiro. 24 dez. 2004. Caderno Rio, p. 22.

_____. **Estado do Rio de Janeiro: de braços abertos para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 8 mai. 2005. Informe Publicitário, p. 28-29.

KLABIN, I. A raiz da Confusão. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 29 abr. 2005. Caderno Opinião, p. 7.

KLINK, J. J. **A cidade-região: Regionalismos e reestruturação no grande ABC paulista**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 225p.

LENCIONE, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

MEDEIROS, L. Fusão: Votação de plebiscito é adiada. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 31 mai. 2005. Caderno Rio, p. 17.

OLIVEIRA, F. J. G. Uma nova urbanização do espaço regional: A lógica não metropolitana da cidade-região no Estado do Rio de Janeiro. Scripta Nova. Barcelona, v. 9, n. 194, 2005. Disponível em: <[www. http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194.htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194.htm) >. Acesso em: 10 jul. 2007

PEREIRA, M. Conservadores ou modernos. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 15 de mai. 2004. Editorial, p. 4.

POVEDA, E. P. R. et al. Responsabilidade civil em face do passivo ambiental. In: JUNIOR, A.; PHILLIPI, A. A. C. (orgs.). **Questões de Direito Ambiental**. São Paulo: Usp/FSP/Fac.Direito/Signus. Coleção de Estudos e Pesquisas ambientais–Cepa, p. 149–162, 2004, 428p.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização**: Do pensamento único à consciência universal. 4 ed. Rio de Janeiro–São Paulo: Record, 2000, 174p.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005, 170p.

SASSEN, S. Os espaços da economia global. In: OLIVEIRA, F. A.M. (org.). **Globalização, Regionalismo e Nacionalismo**. São Paulo: Unesp, p. 43–67, 1999, 287p.

SERPA, Ricardo Rodrigues. Gerenciamento de riscos ambientais. **Desenvolvimento e Meio ambiente**. Curitiba, n. 5, p. 101-107, 2002.

SILVA, A. C. P. **Em busca do rural moderno no Estado do Rio de Janeiro: Projetos, estratégias e gestão do território, exemplificados no norte e noroeste fluminense**. 241 p. Dissertação (Doutorado em Geografia)—CCMN–UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.